



CÂMARA MUNICIPAL DE

Itupeva

ESTADO DE SÃO PAULO

00100.157717/2017-51
02.10.2017
(2/501E)

C.M.I.253/2017

e.m.j

ITUPEVA, 04 de outubro de 2017

Junte-se ao processo do
PLS
nº 206, de 2017.

Excelentíssimo Senhor Eunício Oliveira,

Em 24 / 10 / 2017

Senador: Antônio Carlos Valadares

Encaminhamos a Vossa Excelência, o **Projeto de Moção nº. 247**, de autoria dos nobres vereadores **EDICARLOS CANDIANI LUNA E ERÍ CAMPOS**, devidamente **APROVADO** pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada no dia **03 de outubro de 2017**.

Certo da preciosa atenção, agradecemos antecipadamente e, no ensejo, apresentamos protestos da mais elevada estima.

Atenciosamente,

ERI CAMPOS

Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor

Eunício Oliveira

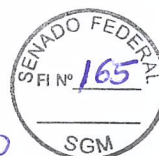
Presidente do Senado Federal

Brasília / DF

Presidência do Senado Federal
Recebi o Original

Em: 17 / 10 / 17 Hs: 11:20

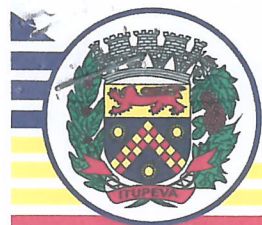
Jaqueline
Via Correios



www.itupeva.sp.leg.br

Fone:(11) 4591-0500 - Fax: (11) 4591- 0529

Rod. Vice-Prefeito Hermenegildo Tonolli, 725 - B. Santa Clara - Cep.: 13.295-000 - Itupeva/SP



CÂMARA MUNICIPAL DE

Itupeva

ESTADO DE SÃO PAULO

Aprovado em Discussão Única
Sala das Sessões em 03/10/2017

Presidente

PROJETO DE MOÇÃO Nº. 247

**Autoria: Vereadores EDICARLOS CANDIANI LUNA
ERÍ CAMPOS**

CONSIDERANDO que estes Vereadores ficaram surpresos com a aprovação pelo Plenário do Senado Federal na terça-feira (22) de setembro de 2017, regime de urgência para o projeto que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. O PLS 206/2017, do Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que entre outras disposições acaba com a propaganda eleitoral gratuita nas emissoras privadas.

CONSIDERANDO que o referido fundo será formado pelos impostos que essas emissoras deixam de pagar como compensação por exibir os programas eleitorais e partidários.

CONSIDERANDO que projeto do Senador Caiado é diferente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/2003, que aguarda votação no Plenário da Câmara. Sendo que os deputados propõem o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD), no valor de R\$ 3,6 bilhões.

CONSIDERANDO que o fundo proposto por Caiado pode chegar a R\$ 2 bilhões, valor menor do que foi proposto pela Câmara. O dinheiro viria da compensação fiscal que a União concede para as emissoras comerciais veicularem a propaganda política. De acordo com a Receita Federal, a compensação fiscal em 2014, ano de eleições gerais, atingiu o valor de R\$ 1 bilhão. Em 2015, ano sem eleições, foi de R\$ 308,9 milhões. Em 2016, com eleições municipais, R\$ 562,2 milhões. Esse fundo também receberá o dinheiro de multas e penalidades aplicadas aos partidos com base no Código Eleitoral. O valor será corrigido a cada eleição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

CONSIDERANDO que Pela proposta, o dinheiro será depositado no início de junho pelo Tesouro Nacional em uma conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O TSE deve reservar 20% do valor para o segundo turno. O restante do dinheiro será dividido pelo número de eleitores alistados para votar. Cada eleitor poderá direcionar o valor da sua cota ao partido ou candidato que preferir, por meio de uma plataforma desenvolvida pelo TSE.

CONSIDERANDO que se o eleitor não declarar para qual candidato ou partido deve ir sua cota, 1% do valor será dividido igualmente entre todos os partidos registrados no TSE. Outros 14% serão distribuídos igualmente entre os partidos com representação na Câmara. E os 85% restantes, divididos entre os partidos, de acordo com a proporção de deputados na Câmara. Em setembro, o TSE deverá distribuir o dinheiro aos diretórios nacional, estaduais, distritais e municipais dos partidos. No caso das eleições presidenciais, por exemplo, os diretórios nacionais que lançarem candidato próprio poderão usar até 30% do dinheiro para o custeio das campanhas. Se não tiverem candidato, poderão usar até 20%. O restante do dinheiro vai para os diretórios regionais.

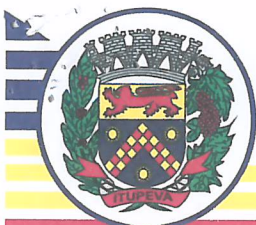
CONSIDERANDO que o custo das campanhas continua elevado, as doações de empresas estão proibidas e não há nos eleitores uma cultura política que estimule a doação de pessoas físicas. Cumpre, portanto, encontrar uma fonte de financiamento que viabilize



www.itupeva.sp.leg.br

Fone: (11) 4591-0500 - Fax: (11) 4591-0529

Rod. Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, 725 - B. Santa Clara - CEP 13295-000 - Itupeva - SP



CÂMARA MUNICIPAL DE

Itupeva

ESTADO DE SÃO PAULO

as campanhas, de preferência sem impor custos adicionais ao erário, na situação de crise econômica que o país atravessa.

CONSIDERANDO, ainda, que o texto também altera a propaganda eleitoral. Ela será veiculada apenas por emissoras públicas, durante 35 dias. Se o partido tiver interesse, poderá pagar para veicular propaganda eleitoral e partidária em emissoras comerciais de rádio e televisão.

CONSIDERANDO que nos últimos meses representantes das instituições como o Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado Federal vêm sendo alvo de diversas investigações, fato que termina comprometendo a seriedade de como as coisas acontecem nessas importantes peças da democracia do País, portanto, acreditamos que a votação para aprovação de regime de urgência para apreciação do PLS 206/2017, é mais uma ação de grande desrespeito para com a sociedade brasileira.

Assim sendo,

APRESENTAMOS, à Mesa, na forma regimental, ouvido o douto e soberano Plenário, esta **MOÇÃO DE REPÚDIO, ao SENADO FEDERAL**, pela aprovação do regime de urgência para a tramitação do **PLS 206/2017**, que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha Eleitoral, uma grande falta de respeito para com a sociedade brasileira. Dê-se, ciência desta deliberação ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2017.

EDICARLOS CANDIANI LUNA

Vereador

ERI CAMPOS

Vereador



www.itupeva.sp.leg.br

Fone: (11) 4591-0500 - Fax: (11) 4591-0529

Rod. Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, 725 - B. Santa Clara - CEP 13295-000 - Itupeva - SP

Brasília, 19 de outubro de 2017.

Senhor Eri Campos, Presidente da Câmara Municipal de
Itupeva – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício CMI nº 253/2017, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2017, que *“Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, permitir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão, e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do poder público.”*

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129782>.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa